

REALIZAÇÃO:



CICLO DE SEMINÁRIOS FAZER VALER AS LEIS 10.639 E 11.645



I Seminário Fazer Valer as Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas IES

Data 07 de agosto de 2019, 08 às 17:00h, Reitoria da UFBA, R. Dr. Augusto Viana, 1 - Canela, Salvador-BA

INSCRIÇÕES FACEBOOK: Campanha Fazer Valer as Leis 10.639 e 11.645

- **Objetiva a Interação entre especialistas e pesquisadores, que se dedicam ao estudo e pesquisa do tema Educação, Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, as Relações Etnicorraciais e Racismo, e professores, estudantes, educadores populares, operadores/as do direito, ativistas do movimento social negro, para uma avaliação e discussão de estratégias para a implementação da Lei 10.639 / 11.645 na Bahia.**
- **Oportunizar o diálogo e intercâmbio de experiências na área da Educação.**

PROGRAMAÇÃO E EXPOSITORES

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADE	EXPOSITORXS
Mediadora:			
07/08	08:30h às 08:50	Apresentação da Campanha Fazer Valer as Leis 10.639 e 11.645	Zelinda Barros, Doutora em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO/UFBA), Docente Adjunta e coordenadora do grupo de pesquisa Nyemba - Processos Sociais, Memórias e Narrativas Brasil/África da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Integra a coordenação da Campanha Fazer Valer as Leis 10.639 e 11.645
07/08	08:50 às 09:20	O Comitê Interinstitucional de Monitoramento: ações necessárias para o efetivo cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.	Marli Mateus é Mestre em Direito Público pelo Programa de Pós-graduação em Direito pela UFBA; Especialista em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFBA; Graduada em Direito; Graduada em Jornalismo; Servidora do Apoio Jurídico do GEDEM-LGBT/MPBA; Integra a Câmara Técnica do Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres na Bahia; Membro do grupo de pesquisa Yorubantu/UFBA.
	90:20 às 10:00	Panorama da Implementação da Lei 10.639 na Ufba	Penildon Silva Filho – Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UFBA
	10:00 às 10:40	Espaço para debate, levantamento de questões	
	10:40 às 11:20	BAREMA: Instrumento de mensura do adimplemento, pelas unidades educacionais do município de Salvador, das obrigações determinadas pelas leis 10.639 e 11.645	Marcilene Garcia, Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP; pesquisadora sobre Relações Raciais no Brasil, na área de Ações Afirmativas na Educação e Mercado de Trabalho; professora de Sociologia do Instituto Federal da Bahia - IFBA/ Campus Salvador
	11:20 às 12:00	Espaço para debate, levantamento de questões, dúvidas	
	12:00 às 13:30	Almoço	

13:30 às 14:10	Os 16 anos da Lei 10.639/2003: Avanços, Impasses e Perspectivas	Bárbara Carine, Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia; coordenadora do Grupo de Pesquisa em Diversidade e Criticidade nas Ciências Naturais (DICCINA); Vice-diretora do Instituto de Química da UFBA; ativista feminista antirracista.
14:10 às 15:00	Os Povos Negro e Indígenas, na Conjuntura Nacional: Desafios da Luta Contra o Racismo e a Discriminação	Vilma Reis, Mestra em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - POSAFRO/CEAO-FFCH-UFBA. Vilma esteve no cargo de Ouvidora Geral da Defensoria Pública da Bahia, representando a Sociedade Civil, por dois mandatos encerrados neste ano de 2019. Ao longo das últimas décadas, Vilma Reis tem atuado no campo da sociedade civil para garantir e defender o direito de mulheres negras, da comunidade LGBT e da população quilombola.
15:00 às 16:00	Conferência: “A tolerância como princípio de política educacional e a decisão do STF sobre ensino religioso confessional nas escolas públicas”	Hélio Silva Junior, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Coordenador Executivo do IDAFRO – Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras; ex-Secretário da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo; Advogado das Religiões Afro-brasileiras no STF; Comandou a vitoriosa defesa do abate religioso (“preceito litúrgico protegido pela liberdade de culto”) nos cultos de matriz africana no STF, argumentando que os abates tradicionais praticado pelas religiões afro-brasileiras, devem ser entendidos nos mesmos termos que os rituais realizados nas religiões judaica e islâmica. Elaborou o memorial técnico, inserindo nos autos do processo. Referência na defesa dos direitos da religião de matriz africana no Brasil, Atua principalmente nos seguintes temas: liberdade de crença, direito internacional, ações afirmativas, racismo, educação igualitária.
16:00 às 17:00	Espaço para debate, levantamento de questões, dúvidas	
18:00	Confraternização	